



EU RESPEITO O SEU AMÉM, MAS VOCÊ RESPEITA O MEU AXÉ? A PRESENÇA (DES)OCULTA DO RACISMO RELIGIOSO NAS ESCOLAS

I RESPECT YOUR AMEN, BUT DO YOU RESPECT MY AXÉ? THE NOT-TAT-HIDDEN PRESENCE OF RELIGIOUS RACISM IN SCHOOLS

Maritana Drescher da Cruz¹
Letícia Fernandes Ivanike de Almeida²

RESUMO

Neste estudo, buscamos refletir sobre racismo religioso no ambiente escolar, a disseminação do preconceito em relação às religiões de matriz africana e o papel da disciplina de Ensino Religioso para uma construção de cultura de paz, embasada no conhecimento e no respeito à diversidade religiosa. Entendemos que há inúmeros ecos do preconceito religioso que afloram nas falas, constantemente influenciadas pelo senso comum, de discentes, e por vezes docentes, a respeito das religiões de matriz africana. Nosso papel aqui é, no entanto, questionar a segurança, em todos os aspectos, de discentes que pertencem a essas matrizes religiosas, sobretudo a Umbanda e o Candomblé, para isso, foi realizada uma pesquisa etnográfica, composta por técnicas e procedimentos de coletas de dados com base em uma prática de campo vivenciada pelas pesquisadoras, como procedimentos, foram realizadas observações diretas e entrevista semiestruturada. No ambiente escolar, são inúmeros os discentes que são submetidos à *violência simbólica* de seus pares durante a sua experiência escolar. A sociedade brasileira como um todo e, em particular a escola, precisa trabalhar a diversidade cultural e humana dentro de uma radicalidade pedagógica que propicie um espaço no qual todos e todas se reconheçam e se respeitem mútua e incondicionalmente nas suas etnopluralidades.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino religioso. Racismo religioso na escola. Preconceito religioso.

ABSTRACT

In this study, we reflect on religious racism in the school environment, the spread of prejudice in relation to religions of African origin and the role of the discipline of Religious Education for the construction of a culture of peace, based on knowledge and respect for religious diversity. We understand that there are countless echoes of religious prejudice that emerge in the speeches, constantly influenced by the common sense, of students, and sometimes teachers, regarding religions of African origin. Our role here, however, is to question the safety, in all aspects, of students who belong to these religious backgrounds, especially Umbanda and Candomblé, for this, an ethnographic research was carried out, consisting of techniques and procedures for data collection based on a field practice experienced by the researchers, such as procedures, direct observations and semi-structured interviews were carried out. In the school environment, there are countless students who are subjected to the symbolic violence of their peers during their school experience. Brazilian society as a whole, and in particular the school, needs to work on cultural and human diversity within a pedagogical radicalism that provides a space in which everyone recognizes and respects each other and unconditionally in their ethno-pluralities.

KEYWORDS: Religious education. Religious racism at school. Religious prejudice.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná - UFPR (2020-Atual). Mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (2018). E-mail: maritana.historia@gmail.com

² Graduada em Letras - Português e Inglês pelo Centro Universitário Franciscano do Paraná (2016). Especialização em Produção e Revisão de Texto pelo Centro Universitário Franciscano do Paraná (2018). Especialização em Psicopedagogia Institucional e Tecnologias e Educação a Distância pela Faculdade de Educação São Luís (2019). E-mail: etivk@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

O presente artigo traz reflexões acerca dos racismos, intolerâncias, violências e silenciamentos que discentes adeptos de religiões de matriz africana sofrem no cotidiano escolar a partir de uma pesquisa etnográfica construída com base nas vivências pessoais, espirituais e profissionais de duas adeptas de Religiões de Matriz Africana. A primeira doutoranda na área de Educação no lugar de fala de professora da rede pública de ensino do estado do Paraná, ministrando as disciplinas de História e Ensino Religioso, e mãe pequena de Umbanda; A segunda especialista também na área de educação, no lugar de fala de ex-aluna da rede pública de ensino do estado do Paraná, nascida na religião e iniciada no candomblé há 12 anos.

Neste estudo, propomo-nos, principalmente a reconhecer a existência do racismo religioso nas escolas, e a partir daí, evidenciar os aportes legais para a presença de instrumentos pedagógicos que subsidiem a disseminação da cultura afro-brasileira na escola, assim como reconhecer a importância do ensino religioso nesse processo como uma, se não a mais importante, ferramenta de desmonte desses ecos racistas que ainda existem no ambiente escolar e por fim evidenciar a necessidade de um envolvimento do corpo escolar para a mudança dessa realidade sofrida por alunos e alunas adeptos de religiões de matriz africana, especialmente, a Umbanda e o Candomblé.

Para se alcançar esses objetivos, foi realizada uma pesquisa etnográfica, composta por técnicas e procedimentos de coletas de dados com base em uma prática de campo vivenciada por essas pesquisadoras. Como técnicas principais, foram realizadas observações diretas com estudantes em sala de aula, durante os anos de atuação e sobretudo nas aulas de Ensino Religioso, bem como uma entrevista semiestruturada com a participante que é também autora desse artigo, pois a mesma já esteve no lugar de estudante adepta de religião de matriz africana. De acordo com Ana Luiza C. Rocha e Cornelia Eckert (2008, p. 9),

A prática da pesquisa de campo etnográfica responde, pois a uma demanda científica de produção de dados de conhecimento antropológico a partir de uma inter-relação entre o(a) pesquisador(a) e o(s) sujeito(s) pesquisados que interagem no contexto recorrendo primordialmente as técnicas de pesquisa da observação direta, de conversas informais e formais, as entrevistas não-diretivas, etc. (ROCHA, A. C.; ECKERT, C., 2008, p.9).

A fundamentação teórica foi realizada a partir da pesquisa bibliográfica de autores como Candau (2008); Camara e Moreira (2008); Caputo (2008); Gomes (2008) que dão ênfase na transmissão de cultura e formas de ensino.



Nesse estudo, deixamos de lado o termo comumente difundido para abordar essa temática é a *intolerância religiosa* para assumirmos o conceito de *racismo religioso*, essa escolha se deu a partir dos estudos de Nogueira (2020) que entende que o racismo religioso não consiste apenas sobre as características fenotípicas, é muito mais que isso, pois condena as matrizes e as formas de existência das religiões, assim sendo, não são apenas Umbandistas e Candomblecistas negros e negras que sofrem racismo religioso, senão indiscriminadamente todos e todas independente de sua raça, que professam tais religiões padecem com essa manifestação de racismo. Nas palavras do autor:

Trata-se da alteridade condenada à não existência. Uma vez fora dos padrões hegemônicos, um conjunto de práticas culturais, valores civilizatórios e crenças não pode existir; ou pode, desde que a ideia de oposição semântica a uma cultura eleita como padrão, regular e normal seja reiteradamente fortalecida. (NOGUEIRA, 2020, p.47)

Assim, essas religiões e seus adeptos se tornam vítimas das mais variadas formas de violências, são estigmatizadas, desprestigiadas e desmoralizadas, a partir da ignorância e argumentos falaciosos de grupos que se dizem cristãos. Os adeptos são frequentemente atingidos, seja física ou psicologicamente. Os terreiros não ficam atrás, são constantemente vandalizados e expostos. Os templos sagrados são profanados, muitas vezes, até mesmo pela polícia, que deveria protegê-los.

Em meio a todas essas questões sociais, estão as crianças, que não sofrem menos. Dentro do terreiro, iniciadas ou não, elas são as que mais se abalam com o racismo religioso, são alvos frágeis para a sociedade e, muitas vezes, vistas como uma fonte de fácil manipulação.

Dentro dos terreiros, elas cultuam seus deuses, louvam seus orixás, dançam com ele, cozinham para ele, aprendem com eles, banham-se com as folhas sagradas, vestem-se, paramentam-se, entram em transe, tocam atabaques, cantam, invocam e integram-se. Fora dos terreiros, são questionadas, pressionadas, vítimas.

Uma das situações que pode ser citadas nesse contexto é a vivência de uma das professoras deste estudo: ao final da aula, um aluno esperou até que todos saíssem da sala para dizer, em tom de confissão, à professora que era um filho de *Òsòòsi* no terreiro que frequentava, onde tinha o cargo pai *ogã*, sem esperar resposta e nitidamente arrependido de ter contado, ele emendou sua fala, fazendo-a jurar que não diria isso a ninguém. Acreditamos que por medo de que seu relato fosse compartilhado com os seus colegas.

Nesse contexto, falar de religiões de matriz africana é um desafio numa sociedade ainda tão preconceituosa especialmente quando se entende que a escola se apresenta como espaço de reconhecimento, um *locus* vital da socialização dos discentes, não somente em sua vida escolar dentro dos muros da escola, mas em suas vivências cotidianas.

Na busca de superar o preconceito e o racismo religioso em sala de aula, evocamos a lei 10.639 de 2003, um mecanismo de ação afirmativa que obriga os estabelecimentos de educação básica, públicos ou privados, a incluírem em todo currículo escolar a História da África e da Cultura Afro-brasileira (BRASIL, 2003). Como consequência, essa lei impulsiona a alteração da lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN), fornecendo os primeiros teóricos para a efetivação dessa obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena.

O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (BRASIL, 1996)

Na grande diáspora africana, negras e negros foram sequestrados de sua terra mãe e trazidos ao Brasil na situação de cativos, mas trouxeram junto de si suas tradições, crenças, culturas e o mais importante seu *asé*. “Assim chegava ao Brasil uma tradição vivenciada, sobretudo, no culto aos ancestrais e aos *Òrísás*. O Candomblé que acabou sendo o nome que aglutinou várias expressões religiosas de diferentes grupos africanos” (CAPUTO, 2008, p.153).

O Brasil é um país de forte tradição judaico cristã, nesse contexto, nega-se e silencia-se o arco-íris etnocultural e religioso presente na formação da história e da cultura do povo brasileiro. “A nossa formação histórica está marcada pela eliminação física do “outro”. Os processos de negação do “outro” se dão no plano das representações e no imaginário social” (CANDAU, 2008, p.17).

2 A CONSTRUÇÃO DO RACISMO RELIGIOSO

O senso comum, inculcado no imaginário popular, dissemina preconceito religioso, sobretudo aos adeptos de religiões de matriz africana, demonizando seus cultos e suas práticas religiosas. Tais construções foram forjadas historicamente e esses ranços de preconceitos chegam à escola em forma de acentuado racismo religioso, pois cotidianamente presenciamos jovens estudantes reproduzindo esses estereótipos e estigmas construídos historicamente e endossados pelo senso comum, fazendo com que a escola reflita essa realidade e deixe de ser soberanamente para todas e todos.

Para transpor essas barreiras, devemos ir além e convidar a comunidade escolar para participar do diálogo e criar condições para que o ambiente escolar se torne um espaço em que os jovens se sintam à vontade e, especialmente, seguros para se pronunciarem sobre a sua fé. Para



essas discussões deve-se trazer à baila as reflexões dos autores acima e questionar: Quem se sente incapaz de falar sem receber retribuições? Como estimular, nesse caso, a fala? Quem quer falar, mas está desestimulado ou amedrontado? Quem ameaça quem? Como garantir nesse caso, respeito e aceitação por parte dos demais colegas e grupos? Qual tem sido minha participação, como parte da comunidade, nesse processo? Tenho estimulado e favorecido a livre expressão de todos e todas ou tenho agido de modo a inibir alguns estudantes ou grupos?

Candau (2008) nos chama a realidade levantando a seguinte reflexão:

É importante, então, perguntar: temos aceitado trabalhar com nossos/as alunos/as em conformidade com as normas hegemônicas ou as temos rejeitado, buscando formar identidades críticas, rebeldes, solidárias, não conformistas, criativas, autônomas? Se não temos agido dessa forma, como em nossa disciplina, poderíamos fazê-lo? (CANDAU, 2008, p.51).

A partir do mapeamento e entendimento da complexidade dos resultados levantados, deve-se guiar o diálogo em direção à aceitabilidade e receptividade do outro, reconhecendo os lugares de fala, visto que, conforme Djamila Ribeiro (2020, p. 79) explica:

Necessariamente, as narrativas daquelas que foram forçadas ao lugar do *Outro* serão narrativas que visam trazer conflitos necessários para a mudança. O não ouvir é a tendência a permanecer num lugar cômodo e confortável daquele que se intitula poder falar sobre os *Outros*, enquanto esses *Outros* permanecem silenciados. (RIBEIRO, 2020, p.79)

Portanto, não basta silenciar-se, é preciso ceder espaço a essa cultura, a esse conhecimento a partir de sua origem e sua realidade. E isso pode ser feito no ambiente escolar a partir de temáticas em todas as disciplinas do currículo da educação básica, do ensino fundamental ao médio, promovendo um clima de reconhecimento, tolerâncias e respeito às diversidades de crença.

3 O RACISMO E O ENSINO RELIGIOSO

As aulas de Ensino Religioso são ministradas nos 6º e 7º anos do ensino fundamental na rede pública estadual de educação do Paraná, por professores/as da área de humanas, geralmente os de História ou Filosofia. A crença equivocada de que vivemos em uma democracia racial, cultural e religiosa evidencia a emergência de discutirmos as questões étnico-raciais acerca de preconceitos e racismos, comumente vistos com desconfiança e com desprezo. Para Candau (2008), a cultura escolar é arquitetada e balizada por uma homogeneização de caráter monocultural que inviabiliza o que é diferente ao entender que todos os alunos são iguais. A mesma autora nos alerta ainda que

a tolerância no campo da educação pode nos colocar numa situação de evitar polemizar, com isso, assumirmos um campo de conciliação como valor último que questiona a ordem.

Nesse mesmo caminho Silvia Duschatzky e Carlos Skliar explicam que

A modernidade construiu, nesse sentido, várias estratégias de regulação e de controle da alteridade que, no começo, podem aparecer como sutis variações dentro de uma mesma narrativa. Entre elas: a demonização do outro; sua transformação em sujeito “ausente”, isto é, a ausência das diferenças ao pensar a cultura; a delimitação e limitação de suas perturbações; sua invenção, para que dependa das traduções “oficiais”; sua permanente e perversa localização do lado de fora e do lado de dentro dos discursos e práticas institucionais estabelecidas, vigiando permanentemente as fronteiras; suas oposições a totalidades de normalidade através da lógica binária; sua imersão no estereótipo; sua fabricação e sua utilização, para assegurar e garantir as identidades fixas, centradas, homogêneas, estáveis. (DUSCHATZKY; SKLIAR, 2000, p. 165)

Com isso, cabe à escola mediar a construção de relações interculturais de maneira positiva, desestigmatizando os conceitos binários, especialmente o do certo e do errado, saindo do romantismo do imaginário social que foi fundamentado no mito da democracia racial e compreendendo a latência do preconceito religioso no cotidiano escolar.

4 VIOLÊNCIAS E O SILENCIAMENTO

Costumeiramente, discentes que pertencem a religiões como a Umbanda e o Candomblé sofrem em silêncio violência simbólica, e em alguns casos violência verbal e física. Percebemos que essas crianças e jovens são silenciadas ao decidirem não se declararem como adeptos e adeptas de suas matrizes por medo ou vergonha, mas frequentemente pelos dois.

Percebemos que esse comportamento é recorrente em vários lugares. De acordo com Caputo (2008), a estratégia de “se tornar invisível” é construída dolorosamente pelas crianças do Candomblé que ocultam suas paramentas embaixo do uniforme. “Sob a manga da camisa podem estar as marcas da iniciação. Algumas chegam a inventar uma doença para justificar a cabeça raspada para o santo, ou fazem primeira comunhão, para não serem perseguidas” (CAPUTO, 2008, p. 178-179)

Esse silenciamento é entendido também como negação de suas identidades. Entendemos, portanto, que, ao negar suas raízes, esses alunos e essas alunas, tem sua formação integral como ser humano comprometida. É nesse contexto que se faz necessária uma intervenção pedagógica, pois a escola é um espaço de formação social que deve ser usado de maneira sistemática para construção de um Estado verdadeiramente democrático e laico. A partir daqui é fundamental que discentes conheçam as religiões de matriz africana, como a Umbanda e o Candomblé, principalmente para



que possam respeitá-las, buscando promover a efetiva liberdade, almejando diminuir o desrespeito e o racismo e fomentando uma cultura de paz. Além disso, devem respaldar possíveis jovens adeptos(as) de religiões de matriz africana com informações adquiridas em sala de aula para se posicionar contra os preconceitos e racismos religiosos. Proporcionando aos mesmos, novas possibilidades de posicionamento diante de situações de racismo.

Segundo Candau (2008), a formação histórica do povo brasileiro está vincada pela eliminação física do “outro”, e os processos de negação do “outro” também se dão no plano das representações e no imaginário social.

Nosso continente é um continente construído com base multicultural muito forte, onde as relações inter-étnicas têm sido uma constante através de toda sua história, uma história dolorosa e trágica principalmente no que diz respeito aos grupos indígenas e afrodescendentes (CANDAUI, 2008, p.17).

Menosprezar e diminuir o “outro” é um mecanismo utilizado nas relações de poder entre grupos dominantes e subalternizados para perpetuar essa situação de privilégio na qual se torna “claro que as diferenças são construídas socialmente e que, subjacente a elas, se encontram relações de poder. O processo de produção da diferença é um processo social, não algo natural ou inevitável” (CAMARA, MOREIRA, 2008, p.44) Essa estrutura contribui para a compreensão de “que as diferenças que os apartam dos ‘superiores’, ‘normais’, ‘inteligentes’, ‘capazes’, ‘fortes’ ou ‘poderosos’ são na verdade, construções sociais e culturais que buscam legitimar e preservar privilégios (CAMARA, MOREIRA, 2008, p. 39).

Entende-se aqui que algumas minorias sociais há muito tempo têm sido alvo de discriminações inaceitáveis, esses grupos têm subvertido a ordem imposta pelos dominantes e têm travado árduas lutas na tentativa de conquistar seu espaço e afirmar seu direito enquanto cidadãos e cidadãs.

Pensando nesses grupos citados acima, frisamos a situação de negros e negras e do preconceito racial multifacetado que se projeta em uma de suas faces: o preconceito religioso, estendido aos adeptos de religiões de matriz africana, sendo eles/elas pertencentes a qualquer “raça/etnia”.

Porto (2014) reflete sobre o linear no que tange o preconceito racial e o preconceito religioso, os dois estariam dialogando e mais, o religioso deriva do racial: a feitiçaria no Brasil foi identificada com os não brancos, principalmente com os negros, e fortemente condenada. Processo característico não apenas da expansão do catolicismo, mas de várias religiões dominantes, que



tendem a construir a imagem das religiões dominadas com magia (deslegitimando-as) ou, no contexto cristão, vinculadas ao demônio,

à necessidade de enfrentar contextos de preconceito conjugados que caracterizam o senso comum brasileiro: preconceito racial, religioso, e o grande temor à feitiçaria que perpassa nossa sociedade, e que se relaciona tanto ao preconceito racial quanto religioso (PORTO, 2014, p. 185).

Nesse sentido, entendemos que há uma linha tênue entre o preconceito racial e o preconceito religioso, e apesar do discurso prevalente, no senso comum, do país como caldeirão cultural e marcado pela “democracia racial”, na prática, como se explicitará, a visão construída do negro e de sua religião os vincula a características não só desvalorizadas, mas também socialmente condenadas (PORTO, 2014, p.187)

Neto (1997) remete a essa prática de desqualificação da religião do outro já no período medieval.

Sobre o diálogo da cristandade com outras culturas era essencialmente autocentrada: fundamentava-se numa suposta superioridade da religião cristã sobre todas as outras que existiam no mundo e, conseqüentemente, da sociedade cristã fruto de uma revelação religiosa, histórica sobre todas as demais (NETO, 1997, p.33).

Nossa preocupação está na fala de Gomes (2008, p. 75). “Se tudo ficasse só nas imagens do passado o problema é que essas imagens do passado fazem parte da vivência curricular na escola”. Nesse sentido, sabemos que o preconceito racial e religioso invade e avassala o âmbito escolar e o tem terreno vasto dentro dos muros da escola. No local onde se esperava que discentes se sentissem protegidos na sua liberdade de religião/crença, essa garantia inexiste.

Stela Guedes Caputo em sua tese de doutoramento fez um amplo estudo com candomblecistas estudantes de escola pública no Rio de Janeiro e demonstrou o mesmo perfil de preconceito e racismo religioso que se evidencia no nosso cotidiano escolar. “Sabemos que o Candomblé, como toda religião afrodescendente, é cercado de mistérios, mas aqui, o silêncio não tem a ver com os segredos dos rituais”. (CAPUTO, 2008, p. 168)

Em entrevistas coletadas por Caputo (2008), temos relatos como, meninas e meninos que sentem vergonha e medo da discriminação que sofrem e que possam vir a sofrer na escola, e por isso escondem e silenciam suas crenças, sentindo-se à vontade de expressarem sua fé apenas no terreiro. Alguns até se apresentam como católicos na tentativa de escapar do preconceito, chegando inclusive a frequentar a catequese e fazer a primeira comunhão. Caputo (2008) também afirma que todas as crianças e jovens do Candomblé com quem conversou sofreram preconceito religioso.

O que nos surpreende nesse estudo é saber que o preconceito e racismo religiosos, para com as crianças e jovens, partem não só de seus colegas, mas também de seus discentes, aqueles que deveriam protegê-los de tal violência. Como relata Caputo (2008, p. 172): “Ricardo Nery foi chamado por uma professora de filho do diabo”, em resposta, a professora disse: “Mas o catolicismo não é coisa do diabo, é a religião normal, os macumbeiros que me perdoem, mas nos terreiros só acontece sexo” e complementa sobre a necessidade de “tirar da cabeça de qualquer aluno essa ideia de macumba”.

Vemos, portanto, aqui a escola como um espaço de resistência e luta ainda a ser conquistado no que tange ao respeito à diversidade religiosa.

A escola é uma das instituições sociais responsáveis pela construção de representações positivas dos afro-brasileiros e por uma educação que tenha respeito à diversidade como parte de uma formação cidadã. Acreditam que a escola, sobretudo a pública, exerce papel fundamental na construção de uma educação antirracista (GOMES, 2008, p. 69).

Acreditamos que o cumprimento efetivo e responsável das leis aqui já citadas contribui para promoção da construção de uma escola que reconheça e respeite as diversidades religiosas contidas num mesmo ambiente escolar, ou seja, utilizar a escola como um espaço de superação das diferenças e a construção de um lócus de respeito às alteridades. Nesse sentido, novamente recorremos a Candau (2008, p. 31) que ressalta que o “Educador tem um papel de mediar a construção de relações interculturais de maneira positiva, o que não elimina a existência e possibilidades de conflitos, mas que é um desafio na intenção de que seja possível que os diferentes se reconheçam”, por isso almejamos que alunas e alunos adquiram condições de se levantar contra os preconceitos.

5 CONSIDERAÇÕES

Não se tem pretensão de esgotar um assunto que é tão denso, porém se ao término desse estudo uma reflexão for suscitada, no sentido de nos questionarmos a respeito do nosso posicionamento enquanto educadoras e educadores frente ao preconceito racial/religiosa, sobre uma possível intervenção pedagógica que caminhe para reduzir preconceitos ou ainda sobre habitar os campos do silenciamento e ser conivente diante do preconceito é sinal de que demos os primeiros passos na busca por uma sociedade mais justa e respeitável.

Durante observações do cotidiano escolar como um todo, mas em especial na disciplina de Ensino Religioso, verificamos que muitos docentes têm uma série de dificuldades de abordar as religiões de matriz africana, especialmente aquelas e aqueles que fazem parte dela.

Alguns, nitidamente frutos dos preconceitos forjados no imaginário popular, ao reproduzem o racismo religioso no seu discurso afrotoefóbico, acreditam fielmente que a religião a qual professam é a correta e deve ser majoritária em detrimento dos que creem ser misticismos e magias maléficas de origem africana. Ignorar ou abster-se dessa realidade é revogar a laicidade do Estado e permitir um proselitismo que reproduz preconceitos e, na maioria dos casos, omitindo as diversidades religiosas, aplicando apenas conteúdos cristãos omitindo a diversidade cultural existente.

Apesar desse cenário lamentável de desrespeito às diversidades religiosas e da laicidade do Estado, acreditamos que existe um esforço por parte de muitos docentes na busca da redução do racismo religioso e por via do conhecimento que isso pode se concretizar. Buscando a informação e o conhecimento sobre as diversas religiões de matriz africana aos discentes é possível da ignorância e o inédito viável de uma escola com menos preconceitos pode se concretizar.

Compreendemos que como professores/as, educadores/as e formadores/as devemos mediar a construção de relações interculturais de maneira positiva, saindo do romantismo do imaginário social que foi fundamentado no mito da democracia racial. Pois permanecer nessa inércia é silenciar e negar as identidades de um povo, negando suas raízes, entendemos que uma aluna, um aluno não se forma integralmente como ser humano, nesse sentido o aporte legal discutido nesse estudo é fundamental como uma possibilidade de intervenção pedagógica. Ainda pontuamos a importância do trabalho do professor/a legitimar, empoderar jovens estudantes de maneira que esses aceitem e orgulhem-se de sua identidade étnica/religiosa.

Nesse sentido a escola se apresenta como um espaço de formação social que deve ser usado de maneira sistemática para construção de um Estado verdadeiramente democrático e laico.

Concluimos com um desejo: conseguir reduzir o preconceito e o racismo religioso na nossa realidade escolar. Ouvir frases dos nossos discentes, exaltando orgulhosamente sua religião, sua etnia como as registradas por Caputo “Sou negra e tenho orgulho da minha religião que é negra” “No Candomblé eu tenho valor, sei que sou parte dessa comunidade, aqui sou mais forte, sou negro e tenho orgulho disso e é o Candomblé que me faz sentir assim” (CAPUTO, 2008, p.177-178). Que os discentes ouvintes não negros/as e não adeptos de religião de matriz africana possam respeitar seus pares.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB Lei nº 9.394**. Promulgada em de 20 de dezembro 1996. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 14 jul. 2021.

CAMARA, Michele Januário e MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Reflexões sobre currículo e identidade: implicações para a prática pedagógica. In **Multiculturalismo, Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas**. Antônio Flávio Moreira, Vera Maria Candau (org.). Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In **Multiculturalismo, Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas**. Antônio Flávio Moreira, Vera Maria Candau (org.) Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

CAPUTO, Stela Guedes. Ogan, adósu, òjè, ègbómi e ekedi O candomblé também está na escola. Mas como?. In **Multiculturalismo, Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas**. Antônio Flávio Moreira, Vera Maria Candau (org.). Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

DUSCHATZKY, Sílvia; SKLIAR, Carlos. Os nomes dos outros. Reflexões sobre os Usos Escolares da Diversidade. **Educação e realidade**, v. 25, n.2, 2000. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/46855/29145>>. Acesso em: 10 set. 2018.

SEED. **Diretrizes Curriculares da educação Básica - Ensino Religioso**. Secretaria de Estado da educação no Paraná. Departamento de educação básica. SEED – PR 2008.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, Céli Regina Jardim; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. (Org.). **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

SEED. **Educando para as Relações Étnicas Raciais II**. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. Curitiba: SEED Pr. 2008. 208 p. (Cadernos temáticos dos desafios educacionais contemporâneos, 5)

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da lei 10.639/03. In **Multiculturalismo, Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas**. Antônio Flávio Moreira, Vera Maria Candau (org.). Petrópolis: Editora Vozes, 2008.



HERMANN, Jacqueline. História das religiões e religiosidades. **In Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia/** Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (org.). Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

NETO, Edgard Ferreira. História e Etnia. In **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia/** Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (org.). Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância religiosa.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020.160 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>> Acesso em 20 mar. 2020.

PORTO, Lílana. **O ensino da História e cultura afro-brasileiras e a temática religiosa: Dilemas enfrentados na aplicação da lei nº 10.639/03.** Curso de especialização das relações étnico- raciais NEAB/UFPR.2014.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020. 1 p. 111, (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

Enviado em: 14/06/2021
Aprovado em: 16/11/2021

Página 79